

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, ENGENHARIA DE**  
**PRODUÇÃO E SERVIÇO SOCIAL - FACES**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Luciene da Silva Pereira

**PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF) NA PERSPECTIVA**  
**DAS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO CENTRO DE REFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL**  
**(CRAS) ALVORADA DE ITUIUTABA MG**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido a Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social – Universidade Federal de Uberlândia – sendo requisito necessário para conclusão de curso de Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luzilene de Almeida Martiniano.

**ITUIUTABA**

**2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, ENGENHARIA DE**  
**PRODUÇÃO E SERVIÇO SOCIAL - FACES**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Luciene da Silva Pereira

**PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF) NA PERSPECTIVA**  
**DAS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO CENTRO DE REFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL**  
**(CRAS) ALVORADA DE ITUIUTABA MG**

Trabalho de Conclusão de Curso  
submetido a Faculdade de Administração,  
Ciências Contábeis, Engenharia de  
Produção e Serviço Social – Universidade  
Federal de Uberlândia – sendo requisito  
necessário para conclusão de curso de  
Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luzilene de  
Almeida Martiniano.

Ituiutaba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luzilene de Almeida Martiniano (FACES/UFU)

Orientadora

---

Membro 1

---

Membro 2

Dedico esse trabalho a minha família, em especial a minha mãe que mesmo sem ter tido nenhum estudo me apoiou, minhas irmãs que sempre acreditaram no meu potencial e meus filhos por me apoiar e me elogiar sempre que passava os finais de semana estudando.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter tido oportunidade de ingressar e concluir o curso, minha família por me apoiar sempre me dando força para não me deixar abalar com os contratemplos ocorridos na trajetória de 4 anos e meio de curso.

Agradeço em especial meus pais, Thereza e Vicente, minhas irmãs Luciana, Luzinete e Zildinete, meus filhos Gabriel e Bruno, meus sobrinhos e demais familiares que de uma forma ou de outra colaborarão com minha formação.

Agradeço minhas amigas irmãs que encontrei na faculdade e que tanto me incentivaram em momentos tensos que passei pra estar onde estou hoje, em especial Elaine, Vera, Nayslla, e Fabiola.

Agradeço todos os professores que compartilharam conhecimentos acadêmicos, proporcionando crescimento em todos sentidos.

Agradeço as minhas supervisoras de campo por terem me acolhido com tanto carinho e disposição.

Agradeço os servidores em geral que de uma forma ou de outra fazem parte de nossa trajetória acadêmica, e em especial os funcionários da Prograd que durante um estágio não obrigatório me proporcionou um melhor entendimento do que é o atendimento ao aluno em um todo.

Agradeço minha orientadora professora Luzilene por ter tido paciência comigo que tantas vezes fiquei tensa por medo de não ter tempo suficiente para concluir o TCC.

## RESUMO

Esta pesquisa teve como tema, o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF) na perspectiva das famílias usuárias do Centro de Referências de Assistência Social (CRAS) Alvorada de Ituiutaba (MG). O Objetivo Geral foi identificar o que as famílias participantes no CRAS Alvorada, no Município de Ituiutaba (MG) conhecem sobre o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF) e a perspectiva em relação a participação no programa. O objeto de estudo foi a participação das famílias no PAIF e sua percepção sobre o programa. Constituiu-se objetivo específico caracterizar o perfil da pessoa referência dessas famílias. Para atingir os objetivos propostos foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, documental, exploratória e de campo. Os dados coletados foram analisados numa perspectiva qualitativa. Partiu-se do pressuposto que existia a participação, mas como necessidade do benefício pois alguns não sabiam sobre o PAIF. A pesquisa revelou a falta de conhecimento dos participantes que não sabem o que é o PAIF e tão pouco o que realmente é o CRAS.

**Palavras chave:** Assistência Social. PAIF. Família.

## **ABSTRACT**

This research had as objective identify what the participating families in the CRAS Alvorada, from the city of Ituiutaba MG, know the Integral Family Care Program (PAIF) and their perspective about the participation at the program. It was a specific objective to characterize the profile of the reference person of these families. To accomplish the proposed objectives methods as bibliographical, documentary, exploratory and field research were used. The collected data were analyzed from a qualitative perspective. It was assumed that participation existed, but as a necessity, because some did not know about the PAIF. The research revealed the lack of knowledge of the participants who do not know what the PAIF is and so little what CRAS really is.

**Palavras chave:** Social Worker, PAIF, Family.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>CBCISS</b>	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CFESS</b>	Conselho Federal de Serviço Social
<b>CNSS</b>	Conselho Nacional de Serviço Social
<b>CRAS</b>	Centros de Referência de Assistência Social
<b>CREAS</b>	Centro de Referencias Especializado de Assistência Social
<b>CRESS</b>	Conselho Regional de Serviço Social
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia
<b>LBA</b>	Legião Brasileira de Assistência Social
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica de Assistência Social
<b>MPAS</b>	Ministério da Previdência e Assistência Social
<b>NAFS</b>	Núcleo de Apoio às Famílias
<b>NOB-SUAS</b>	Norma Operacional Básica- Sistema Único de Assistência Social
<b>PAIF</b>	Programa de Atenção Integral as Famílias
<b>PBF</b>	Programa Bolsa Família
<b>PNAIF</b>	Plano Nacional de Atendimento Integral à Família
<b>PNAS</b>	Política Nacional de Assistência Social
<b>PS</b>	Proteção Social
<b>PSB</b>	Proteção Social Básica
<b>PSE</b>	Proteção Social Especial
<b>SENAC</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem do comércio
<b>SESC</b>	Serviço Social de Comercio
<b>SESI</b>	Serviço Social da Industria
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>TCLE</b>	Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido

## Sumário

1 INTRODUÇÃO .....	9
2 - CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZANDO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL .....	11
2.1. Breve trajetória histórica da Política de Assistência Social no Brasil .....	12
2.2 Assistência Social a partir da Seguridade Social .....	15
2.2.1 Proteção Social Básica.....	21
2.3 Centro de Referências de Assistência Social (CRAS) .....	23
2.4 Família: a base constitutiva da sociedade.....	24
2.5 Programa de Atenção Integral a Família (PAIF): Desenvolvimento de potencialidades e prevenção das situações de vulnerabilidade e riscos.....	29
3 – CAPÍTULO II - CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA E O PERCURSO METODOLÓGICO.....	33
3.1 Procedimentos metodológicos .....	34
3.2 Cenário da Pesquisa: CRAS Alvorada .....	35
3.3 Análise dos resultados .....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	41
REFERÊNCIAS.....	43

## 1 INTRODUÇÃO

A ideia de estudar o tema o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF) na perspectiva das famílias usuárias do CRAS Alvorada de Ituiutaba (MG), presente nessa pesquisa, surgiu no decorrer do meu primeiro estágio supervisionado do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia Campus Pontal que aconteceu no CRAS Alvorada, ao observar que alguns usuários do CRAS não conheciam os serviços oferecidos a população. E muitos não sabiam que Assistência Social é um direito, acreditando ser ajuda.

O PAIF é o programa da Assistência Social, de atribuição exclusiva do poder público, podendo ser desenvolvido somente no CRAS. Sua função é apoiar as famílias fazendo se necessário entender que existe um vasto modelo de família, valorizando as particularidades de cada família ou arranjos familiares os quais surgiram através de mudanças sócio históricas, cultural e econômico. O PAIF operacionaliza o trabalho social com as famílias na Proteção Social Básica (PSB), com finalidade de contribuição, na convivência, no direito e em possíveis intervenções na vida de um grupo social, sendo este de qualquer tipo de união.

Deve ser efetuado por profissionais com saberes científicos, pois depende de consciência crítica, conhecimentos das vulnerabilidades, de procedimentos metodológicos, de estudo e análise infundável sobre a família e território, do planejamento e análises das ações, da promoção e participação do usuário, da prática interdisciplinar entre os profissionais, conhecimentos da questão (étnica, raciais, de orientação sexual entre outras).

O Objetivo Geral foi identificar o que as famílias participantes no CRAS Alvorada conhecem sobre o PAIF. Sendo assim o objeto de estudo foi a participação das famílias no PAIF e sua percepção sobre o programa. Questionou-se, qual a percepção da família em relação ao PAIF, pressupondo-se que existe a participação, mas como necessidade do benefício pois alguns não sabiam sobre o PAIF. Sendo objetivo específico caracterizar o perfil da pessoa referência das famílias atendidas pelo PAIF no CRAS Alvorada.

Para a realização dessa pesquisa, foi feita pesquisa exploratória e qualitativa, utilizando como procedimentos as pesquisas bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa foi organizada em dois capítulos, o capítulo um dividiu-se em momentos, primeiro foi feito a trajetória da Assistência Social no Brasil, posteriormente uma contextualização das Leis da Assistência Social que surgiram a partir da Constituição

Federal de 1988, em seguida enfatizou-se a PSB e o CRAS e logo após, foi feita uma contextualização dos conceitos de família, a importância e centralidade da família na Política Nacional Assistência Social (PNAS), as mudanças ocorridas nos arranjos familiares, para então chegar ao PAIF e suas ações.

O segundo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, utilizados no processo de sua construção, bem como os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo.

Finalizando apresenta-se as considerações finais, contudo o tema não se esgota e suscita outras indagações para investigações posteriores.

**2 - CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZANDO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**

## 2.1. Breve trajetória histórica da Política de Assistência Social no Brasil

De acordo com Couto et al (2012), as Políticas Sociais no Brasil historicamente têm características de subordinação a classe dominante, o que reflete na sua efetivação, incapacitando a interferência na desigualdade e pobreza da sociedade. A situação piora quando se trata das Política de Assistência Social, que traz consigo traços culturais da política brasileira, de favor, clientelismo e apadrinhamento.

Segundo Sposati et al (2010), a prática da assistência “ajuda” aqueles necessitados, sendo os pobres, os viajantes, os doentes, os incapazes, sempre existiu sem limitação de sociedades e desde a idade média a assistência era desenvolvida pela igreja católica, pois o Estado não se considerava responsável pela função social. Eram criadas instituições de caridade e filantropia, as quais acreditavam que era necessário a assistência, pois os menos favorecidos nunca conseguiriam caminhar sozinhos, e através da assistência tinham domínio sobre os “necessitados”.

De acordo com Mestriner (2011), no Brasil até 1930 a pobreza era considerada caso de polícia e tratado de forma repressiva. As expressões da questão social eram mascaradas e tratadas como se fossem incompetência individual e a partir desse entendimento sobre a pobreza esses eram internados ou exilados.

Com a expansão do capital e a pauperização do trabalho no período conhecido como a Revolução de 1930 o qual o país vive um conjunto de questões as quais se originaram desde a libertação dos escravos e intensificada com o êxodo rural, a imigração a desqualificação e a exploração do trabalho o Estado se vê obrigado a responsabilizar-se pelos pobres e direciona a assistência aos enfrentamentos da questão social. A “questão social”, foi então colocada como legítima, como “questão eminente política”, pertinente a esfera do Estado, “fenômeno que requer soluções mais sofisticadas de dominação” do que a intervenção da polícia (Cerqueira Filho, 1982:75 apud MESTRINER, 2011, p.74).

Conforme Sposati et.al (2010, p.42) “Progressivamente, o Estado brasileiro passa a reconhecer a questão social como uma questão política a ser resolvida sob sua direção.” Cria-se instituições como Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que administrará a legislação trabalhista, e o Ministério da Educação e Saúde para garantir saúde e qualificação do trabalhador.

Em 1938 é criado por meio do Decreto Lei nº525 o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), que foi a primeira regulamentação da Assistência Social no Brasil, sendo órgão de cooperação do Ministério da Educação e Saúde. Selando relações entre Estado e elite representou a [...] primeira forma da assistência social na burocracia do Estado republicano brasileiro, ainda que na função subsidiária de subvenção as organizações sociais que prestam amparo social (MESTRINER, 2011, p.66 e 67).

O trabalho, antes forma de escravidão, será focado no novo discurso oficial como valor social. Passa a ser um direito e dever do homem, uma tarefa moral e um ato de realização, uma obrigação para com a sociedade e o Estado e uma necessidade do próprio indivíduo. É colocado como fonte de propriedade privada justa, como forma de conquista de prosperidade, de cultura intelectual e da proteção do Estado. Por meio dele, o homem conseguira posição na sociedade e relacionamento com Estado. E mais, diferentemente do regime político anterior, pelo trabalho, a classe operária será chamada a participar da emancipação econômica e dos destinos do país. E, nessa ótica, o não trabalhador será estigmatizado e colocado como pária do sistema, como não- cidadão. (MESTRINER, 2011, p. 75)

A Legião Brasileira de Assistência Social (LBA)<sup>1</sup>, criada em 1942 no contexto da 2ª Guerra Mundial objetivava assistir as famílias dos Pracinhas, foi a primeira instituição de Assistência Social, “da assistência “as famílias dos convocados”, progressiva e rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de Assistência Social” (IAMAMOTO; CARVALHO,2014. p.266). Outras instituições foram criadas pelo Estado, com intuito de qualificar o trabalhador e proporcionar o bem estar, como o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), o Serviço Social de Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI).

Durante a década de 1950 no governo Vargas de acordo com MESTRINER (2011):

O controle de ação social continua centralizado na instância federal, por meio do CNSS, da LBA e dos demais macroorganismos, que estenderão com ampla capilaridade sua atuação, mas apenas desconcentrando programas e serviços. Inicia – se também a implantação de setores de assistência social nos governos municipais e estaduais. (MESTRINER, 2011, p.121.)

---

<sup>1</sup> Decreto-lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942. Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências Art. 1º A Legião Brasileira de Assistência, abreviadamente L.B.A., associação instituída na conformidade dos Estatutos aprovados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e fundada com o objetivo de prestar, em todas as formas uteis, serviços de assistência social, diretamente ou em colaboração com instituições especializadas, fica reconhecida como órgão de cooperação com o Estado no tocante e tais serviços, e de consulta no que concerne ao funcionamento de associações congêneres. (Fonte:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4830.htm))

O Estado autoritário se instala após o golpe de Estado em 1964, com intuito de suspender direitos políticos entre outros, impedindo todo e qualquer tipo de reivindicações. Nesse contexto a Assistência fica à mercê da sociedade civil. Em seguida em 1969 a LBA vincula-se ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, torna-se fundação com inúmeras atribuições: assistência à Maternidade, à Infância e à Adolescência, e sua manutenção virá da União, dos estados e municípios. “As ações no social vão ser essencialmente institucionais e governamentais e pelo conjunto de organizações privadas controladas pelo CNSS” (MESTRINER, 2011, p. 164)

Em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), para desmembrar o Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Nessa mesma década acontece o seminário de Serviço Social em Petrópolis, organizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), com tema políticas sociais vigentes daquele contexto, resultando num documento que destacou a importância da assistência pelo MPAS enfatizando que a assistência social não devia ser só complementação da previdência e

[...] julga ser válido considerar a alternativa de adoção de um modelo de promoção social calcado em uma concepção de “desenvolvimento social” em que os objetivos a serem atingidos não constituam uma simples consequência da política econômica” mas tenha sua validade justificada por variáveis de ordem social e humana (MESTRINER, 2011, p. 169 apud CBCISS, nº 90,1974)

O Brasil na década de 1980 após longo período de ditadura militar, modifica-se o cenário político, sendo um período de intensas contradições na qual o país faz uma tentativa de democratização. Por um lado há um processo de reformas para uma democracia e por outro o Estado busca a diminuição dos gastos com a Assistência Social. (COUTO, 2010).

Segundo Teixeira (2013), é na Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF), que a Assistência Social se tornou direito quando houve um grande avanço na reestruturação do sistema de proteção social, com a denominação Seguridade Social formado pelo tripé: Previdência social que é contributiva, Saúde não contributiva e universal e Assistência social não contributiva e pra quem dela necessitar. Nesse contexto assistência passa a ser custeada pela seguridade social com os seguintes objetivos, proteção a família, à maternidade, à infância, à adolescência, e a velhice.

De acordo com Couto (2010, p.170), “Essa inserção, bastante inovadora, introduz o campo da Assistência Social como política social, dirigindo-se a uma população antes excluída do atendimento na ótica dos direitos.” A CF de 1988, mostra que:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988 art 203)

Acrescentando:

Artigo 204 – ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade sócia, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas nas seguintes diretrizes:

I) descentralização político administrativa, cabendo a coordenação e a execução dois respectivos programas as esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II) Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.” (BRASIL, 1988 p. 122).

## **2.2 Assistência Social a partir da Seguridade Social**

A assistência Social ganha estatuto de política pública quando foi incluída na esfera da seguridade social. “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 1988. Art,194).

De acordo com Brasil (2004), a Seguridade Social inclui na proteção social a política de assistência e as demais políticas públicas, direcionadas a defesa de direitos para qualquer tipo de instabilidade, como velhice, doenças entre outras e também como distribuição de bens materiais e culturais, segurança de sobrevivência, acolhida e convivência familiar.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um

conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 2004.p.31).

Conforme aponta Mestriner (2011), a Constituição Federal (1988) expande direitos, cria novos rumos para a área da assistência, concretiza os direitos trabalhistas em todas áreas, insere nova forma de gestão na assistência social mas encontra dificuldades para se concretizar. Portanto para que esses direitos se consumassem, foi necessário criar leis orgânicas para as três áreas: saúde, previdência e assistência.

A assistência é a mais prejudicada devido ao seu processo de elaboração, que teve participação dos profissionais do Serviço Social e das universidades.

Os movimentos pro-assistência social passam a ser articulados com a presença de órgãos da categoria dos assistentes sociais que, através do então CNAS E CEFAS – hoje CRESS e CFESS – vão se movimentar com a ANASSEMBA, Frente Nacional de Gestores Municipais e Estaduais, Movimentos pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, dos Idosos, das Crianças e Adolescentes, pesquisadores de várias universidades pleiteando a regulamentação da assistência social. (SPOSATI, 2010. p.46).

Após cinco anos, em 7 de dezembro de 1993, foi promulgada a Lei 8742, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que regulamenta a assistência e defende a universalização dos direitos. Uma das propostas desta lei foi a criação de conselhos na assistência para que houvesse participação popular. Portanto a promulgação da LOAS é só parte da história da Política de Assistência Social.

Das definições e objetivos segundo a LOAS, em seus artigos 1º e 2º estão:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

e) a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

*Parágrafo único.* Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 2016, p.8).

Posteriormente mediante várias discussões, em 2004 foi então aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que é uma política de proteção social de enfrentamento, monitoramento, informação, avaliação e controle social, dando garantia de proteção social a quem dela necessitar, incluindo e dando igualdade ao usuário, uma de suas diretrizes é a família como centralidade. A PNAS, através de monitoramento indica, quem, quantos e onde estão aqueles que demandam dos serviços de assistência. Seus princípios democráticos são:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, 2004.p.32).

As diretrizes baseadas na Constituição Federal e na LOAS, direciona a política de assistência social para uma relação de participação do Estado e sociedade civil em sua formulação e no controle e divisão de responsabilidades estabelecendo parcerias.

- I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. (BRASIL, 2004.p.32 e 33).

E tem por objetivos:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.

- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004.p.33).

De acordo com Brasil (2004), o público usuário da Política de Assistência Social são famílias, indivíduos e comunidades em situação de risco e vulnerabilidade social causados devido vários fatores que são:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizada em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004.p.33).

Segue-se o processo de construção da PNAS e em julho de 2005 é aprovado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Conforme Brasil (2004), o SUAS é um modelo de gestão descentralizado e participativo que reafirma o dever do Estado, disciplina a gestão pública das ações socioassistenciais, pressupõe co-financiamento da Política pelas três esferas da união e propõe uma gestão compartilhada com a sociedade. O SUAS define e organiza elementos para execução da Política de Assistência Social. “O SUAS está voltado à articulação em todo território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia, do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual (COUTO et al, 2012, p. 60).

Trata das condições para a extensão e universalização da proteção social aos brasileiros através da política de assistência social e para a organização, responsabilidade e funcionamento de seus serviços e benefícios nas três instâncias de gestão governamental. (BRASIL, 2004, p. 40)

Ainda conforme a Brasil (2004), seus eixos estruturantes são:

- Matricialidade Sociofamiliar.
- Descentralização político-administrativa e Territorialização.
- Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
- Financiamento.

- Controle Social.
- O desafio da participação popular/cidadão usuário.
- A Política de Recursos Humanos.
- A Informação, o Monitoramento e a Avaliação. (BRASIL, 2004, p.39)

E seus serviços socioassistências referenciados em: vigilância social, proteção social, defesa social e institucional. O SUAS, oferta a proteção social em dois níveis, a Proteção Social Básica (PSB), que atua com famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e a Proteção Social Especial (PSE), que destina-se a famílias cujos direitos tenham sido violados, estas garantem segurança de acolhida, de renda social, de convívio, de desenvolvimento da autonomia, de benefícios. (BRASIL, 2004).

Os eixos matricialidade sócio familiar e territorialização serão os mais abordados no decorrer da pesquisa

Esses eixos são importantes para concretização dos objetivos da Assistência Social. Sendo que a territorialização vem como eixo fundamental, na inserção dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referencias Especializado de Assistência Social (CREAS), no reconhecimento da população usuária e suas vulnerabilidades sociais, na identificação das diversidades culturais, étnicas, religiosas, socioeconômicas e políticas, para que a população seja atendida em melhores condições.

A perspectiva territorial da gestão SUAS favorece sua capacidade de ampliar seu foco para além de indivíduos e famílias alcançando grupos populacionais, considerando as diferentes realidades, a história, as relações de poder, as estruturas e dinâmicas próprias. (BRASIL, 2016, p.16).

No entanto o eixo matricialidade sócio familiar traz a família como central nas ações e serviços assistenciais, refere-se centralidade da família como núcleo social fundamental para efetividade de todas as ações e serviços de Assistência Social. (BRASIL, 2016).

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. (BRASIL, 2004, p.45)

Segundo Minas Gerais (2016), o SUAS traz o território como essencial para identificação e compreensão das situações de vulnerabilidade, pois é onde as pessoas constroem suas relações de convivência sendo efetivas, solidárias, ou consanguíneas. “É o lugar onde se manifestam e se desenvolvem as relações familiares e comunitárias, de

afetividade e solidariedade e o sentimento de pertença e de identidade”. (MINAS GERAIS, 2016 p 18.)

Conforme já exposto, a PNAS é constituída por Programas, Projetos, Serviços e Benefícios que a compõe. A criação da NOB-SUAS/2012, reforça a importância dos principais eixos norteadores da PNAS ou seja a matricialidade e a territorialização em todas as ações da Assistência Social.

A estrutura da NOB-SUAS/2012, reafirma,

[...] as diretrizes legais de primazia da responsabilidade do Estado, de descentralização político-administrativa com comando único de cada nível de governo e responsabilidade compartilhada pelos entes federados no financiamento das ações, de fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade por meio da participação popular e do controle social. Inclui ainda a territorialização e a matricialidade sóciofamiliar como diretrizes a serem observadas em todas as ações que buscam efetivar os objetivos da assistência social. (BRASIL, 2016, p.15)

E enfatiza a importância dos eixos, territorialização e matricialidade sociofamiliar, para concretização dos objetivos da assistência social. Sendo que a territorialização vem como eixo fundamental, na inserção dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referencias Especializado de Assistência Social (CREAS), no reconhecimento da população usuária e suas vulnerabilidades sociais, na identificação das diversidades culturais, étnicas, religiosas, socioeconômicas e políticas, para que a população seja atendida em melhores condições “Desse modo, a concepção que demarca a política de assistência social funda-se na compreensão de que território é resultado de múltiplas determinações que se definem no espaço de vivência...” (BRASIL, 2016, p.16).

Em outras palavras,

A territorialização é um elemento chave para que os serviços sejam ofertados próximos à população, para que o território seja provido de recursos que melhorem as condições de vida da população e principalmente para que esse território pertença à cidade... matricialidade sociofamiliar, família como princípio ordenador das ações a serem desenvolvidas no âmbito do SUAS. (COUTO et al 2012, p.76)

No entanto o eixo matricialidade sócio familiar traz a família como central nas ações e serviços assistenciais, refere-se à centralidade da família como núcleo social fundamental para efetividade de todas as ações e serviços de Assistência Social.

[...] em que da primazia à atenção as famílias e seus membros, a partir do território de vivência, com prioridade aquelas mais vulnerabilizadas, uma estratégia efetiva contra a setorialização, segmentação e fragmentação dos atendimentos, levando em consideração a família em sua totalidade, como unidade de intervenção; além do caráter preventivo da proteção social, de modo a fortalecer os laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros, e romper com o caráter de atenção emergencial e pós – esgotamentos das capacidades protetivas da família. (TEIXEIRA, 2013, p.107)

### 2.2.1 Proteção Social Básica

Pretende-se neste estudo enfatizar a PSB, que está contemplada no objeto de estudo da pesquisa, que é composta por programas, projetos, serviços, benefícios, que são estratégia de prevenção e dentre estas estão:

- Programa de Atenção Integral às Famílias.
- Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza.
- Centros de Convivência para Idosos.
- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para defesa dos direitos das crianças.
- Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos. (BRASIL, 2004, p.36)

Conforme Brasil (2004) a PSB atua com famílias e comunidades em situação de risco social decorrente da pobreza ou fragilização de vínculos, causados devido vários fatores, como a formação de novos arranjos familiares que surgiram através das transformações sócio econômica, histórica e cultural da sociedade, cujos vínculos não foram rompidos.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2004. p.33).

Conforme Minas Gerais (2016), os serviços da PSB têm como objetivo prevenir o risco social, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, promovendo a inclusão das

famílias e dos cidadãos nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade, atua com famílias e indivíduos de sua abrangência orientando-os de seus direitos e inserindo-os na rede de proteção social através de serviços sócio assistenciais como projetos, encaminhamentos a outras políticas públicas, evitando que esses usuários tenham seus direitos violados.

A execução da prevenção na PSB deve apreender a aplicação prática da concepção e função de vigilância socioassistencial e defesa de direitos. Assim poderá prevenir a ocorrência de situações de desproteção e agir proativamente a proteção desempenhada pelos serviços, benefícios, programas e projetos. (MINAS GERAIS, 2016, p 13)

Ainda segundo Minas Gerais (2016) o público prioritário para PSB são:

Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e dos benefícios eventuais; Famílias que possuem em sua composição crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência; Famílias que possuem perfil para receber o PBF e/ou BPC, mas ainda não os acessaram; Família em descumprimento das condicionalidades do PBF; Famílias residentes na área rural; Famílias indígenas e quilombolas; Famílias pertencentes a grupos e comunidades tradicionais e específicas. (MINAS GERAIS, 2016, p.17)

Ou seja, famílias que apresentam alguma forma de vulnerabilidade que possibilite riscos sociais e/ ou violação de direitos. “A vulnerabilidade social pode ser compreendida como um fenômeno com várias dimensões que apontam situação de desproteção social de indivíduos, famílias e coletividade”. (MINAS GERAIS, 2016 p 19.)

Sendo assim, de acordo com Brasil (2004), a PSB é fundamental e essencial na construção da política de assistência social, pois ao se materializar de modo preventivo, protetivo, proativo e territorializado com as famílias, proporciona melhoria na qualidade de vida e acesso aos direitos.

O caráter preventivo no sentido de diminuir o impacto das mudanças naturais ou sociais na vida dos indivíduos; o protetivo, centralizar as intervenções de apoio, amparo na defesa e garantia de direitos; o proativo, impede situação de vulnerabilidade e intervém nos possíveis obstáculos que possam aparecer na efetivação de direitos e territorializado, o território sendo essencial para identificação e compreensão das situações de vulnerabilidade, pois é onde as pessoas constroem suas relações de convivência sendo

efetivas, solidárias, ou consanguíneas. “É também no território que incidem as desproteções sociais”. (MINAS GERAIS, 2016, p 18).

### **2.3 Centro de Referências de Assistência Social (CRAS)**

Segundo Brasil (2016), o estudo do território de abrangência dos CRAS na política de Assistência Social é de suma importância para que haja ganhos para a gestão e para população beneficiária.

A territorialização tem como objetivo conhecer a população e suas vulnerabilidades sócias decorrentes de vários fatores, sendo esses econômicos, sociais dentre outros, para então poder criar programas, projetos e serviços numa perspectiva de proteção social, embasada na necessidade de cada família ou indivíduo. É nesse sentido que se faz necessário a valorização do território para efetivação e acesso a proteção social que é um direito assistido pela Assistência Social ofertada nos CRAS em combate a desigualdade.

O território imprime a rede de serviços públicos descentralizados responsabilidade sobre seu campo de proteção e garantia de direito, assim como permite a vida de relações, reconhece o espaço de todos, das práticas, da vida coletiva, das forças presentes, das potencialidades e habilidades ali presentes. (BRASIL, 2016, p.16)

O CRAS é uma unidade Pública estatal, localizada em áreas estrategicamente de maior vulnerabilidade social, materializa direitos e tem como objetivo prevenir o risco social, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, promovendo a inclusão das famílias e dos cidadãos nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade. (COUTO et al, 2012)

O CRAS de acordo com a Brasil (2004) tem a seguinte definição:

É uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. (BRASIL, 2004. p.35)

Ainda de acordo com a Brasil (2004):

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável

pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado.(BRASIL, 2004. p.35)

Também conforme Brasil (2004), o CRAS é responsável pelo Programa de Atenção Integral as Famílias (PAIF), e sua equipe presta orientação e informação sobre direitos sociais e cidadania para a população de sua abrangência e encaminha seus usuários para as demais políticas públicas e sociais para evitar exclusão social e violação de direitos.

## **2.4 Família: a base constitutiva da sociedade**

Para Sierra (2011, p. 12), “A família como algo mais que uma ideia, considerando que esta possui formas, estruturas e significados que variam segundo determinados contextos sociais e históricos”, percebe-se que desde o início as famílias foram modificando-se. Pretende-se assim discutir brevemente alguns conceitos em algumas culturas.

Primeiramente iniciamos com Tocqueville que em seus estudos destacou a diferença entre família democrática e aristocrática. De acordo com Sierra (2011), na família aristocrática tudo gira em torno do pai, que é o centro de tudo, ele exerce o direito sobre o filho, comanda, sustenta e toma decisões em relação a família. Essa hierarquia passa de geração pra geração, entendendo que o filho é uma propriedade, assim como a terra.

[...] entre os povos aristocráticos, a sociedade não conhece, na verdade, senão o pai. Só recebe os filhos pelas mãos do pai; governa-os e ele os governa. Assim o pai não só possui um direito natural; tem também o direito político de comandar. É o autor e o sustentáculo da família, e também o seu magistrado (TOCQUEVILLE, 1987, p.447 apud SIERRA, 2011, p.13)

Conforme Sierra (2011), a família democrática segundo Tocqueville surge com a revolução social e política. Uma nova sociedade a qual luta por liberdade e igualdade surge quando a terra deixa de ser ligação entre família, cada um na sua individualidade deixa de ser comandado pelos pais.

No momento que começa existir leis mais democráticas a confiança e o afeto torna-se mais valiosos que a autoridade paterna.

[...] na família democrática, o pai quase não exerce outro poder além daquele que consente em dar a fragilidade e a experiência de um velho. Suas ordens talvez não fossem acatadas, mas, como regra, seus conselhos são cheios vigor. Ainda que não seja rodeado de respeitos oficiais, seus filhos, pelo menos, o abordam com confiança. (TOCQUEVILLE, 1987, p. 448 apud, SIERRA, 2011, p.13)

Posteriormente Le Play trouxe a família como organização básica da sociedade coloca a moral como essencial na família, acredita que as novidades da modernidade podem trazer sofrimento as famílias já que a tradição perde espaço para o novo e com isso a moral deixa de existir. A sociologia leplaysiana acredita que as leis deveriam ser feitas com base na moral familiar e que a submissão hierárquica na família colabora para que a sociedade conviva em paz.

De acordo com Sierra (2011, p.15), Le Play afirma que “O homem, ao possuir uma natureza má, resultado do pecado original, aprende na família a se submeter às hierarquias domésticas e as entende como condições para sua felicidade”. Le Play identificou as famílias em três tipos:

- Patriarcal, a família sempre junto sobe a autoridade do pai;
- Família Tronco, único filho sempre com seus pais;
- Família Instável, os filhos saem de casa separando - se dos pais.

Considerando a família Tronco a que melhor se adaptaria a modernidade seguindo a teoria leplaysiana. “É da obediência no lar que se aprende a reconhecer as autoridades da vida social “ (SIERRA, 2011 p. 15), pois os membros ficariam dependentes do único herdeiro, assim manteria os laços, a moralidade, logo a ordem social.

Enquanto a teoria leplaysiana coloca a união da família baseada na dependência de um só indivíduo para a união prevalecer e a sociedade viver em paz, a teoria comtiana acredita que a sociedade é a família das famílias e não um conjunto de indivíduos. Comte traz a família como célula mater da sociedade. A família “[...] é a instituição intermediária entre o indivíduo e a sociedade, a transição necessária para realizar a preparação do indivíduo para a vida social.” (SIERRA, 2011 p, 16)

Posteriormente conforme Sierra (2011), Comte traz que a sociedade é o conjunto das famílias que de uma forma ou de outra se fez através da união dos indivíduos, construindo afetos convivência, distribuindo tarefas, isso faz com que permaneçam unidos.

Comte ao estudar a sociedade entendida por família das famílias, percebe-se essencial para formação da ordem social, 5 elementos, religião, governo, linguagem, família

e propriedade, que são parte estática na sociologia e mudam de acordo com o progresso. (SIERRA, 2011)

Assim, conforme Sierra (2011), Comte baseado na decadência moral das famílias na Idade Média, acreditava que caberia a esposa zelar pelo amor e pela moral, mantendo assim a ordem social através do vínculo familiar, essa desordem da sociedade vinha da falta de coesão intelectual e que era necessário fazer mudanças as quais as mulheres e as crianças receberiam educação secundária, mas continuariam sendo direito do pai a total autoridade sobre eles.

Ainda segundo Comte a evolução do pensamento humano se dá em três estados:

- Teológico, acredita que todo acontecimento é explicado pelo sobrenatural;
- Metafísico, momento de mudança, os acontecimentos não são explicados concretamente;
- Positivismo, não interessa o motivo de tal fenômeno e sim as explicações vindas das leis que rege ordem e progresso.

Em sua concepção de República Positivista,

[...] não seriam os direitos humanos os valores essenciais a ordem social. Com exceção da fraternidade, a igualdade e a liberdade não são valorizadas no sistema da política positivista, que prioriza a respeito à hierarquia e aos deveres na constituição do seu sistema social. (PICKERING, 1999, p.67 apud SIERRA, 2011 p.18)

Conforme Sierra (2011), Durkheim reconhece a família como instituição e a importância do seu papel na construção da sociedade, acredita também que a família é um fato social, não sendo necessário que se forme através de laços consanguíneos, existem deveres e regras a serem cumpridas entre seus membros.

Segundo Durkheim mesmo havendo afeto, regras hierarquizadas, valores morais, não seria o bastante, a incorporação da relação família e trabalho é necessária, sendo a divisão do trabalho a fonte de harmonia social“.

[...] o que demonstra a preponderância da solidariedade orgânica, típica da sociedade industrial, sobre a solidariedade mecânica, característica das sociedades primitivas e feudais. Uma é resultado da diferenciação e da divisão do trabalho, a outra é fundada na comunidade das ideias e dos sentimentos. (DURKHEIM, 1973 apud SIERRA, 2011. p. 19)

Conforme Sierra (2011), Durkheim mostra em seus trabalhos que a família como instituição está em constante mudança, os tipos de família citadas em seus estudos são:

- A família - clã, que não é consanguíneo mas tem o mesmo nome;
- Família - agmática, que surgiu do clã em menor grupo consanguíneo real;
- Patriarcal - que mulheres e filhos são propriedade do pai;
- Paternal - germânica, que é formada por pai, mãe e as gerações seguintes exceto as filhas e a autoridade dos pais sobre os filhos não é total;
- Conjugal dos tempos modernos - que surgiu com a intervenção do Estado e é formada por pai, mãe e filhos menores não casados, sendo apontada por Durkheim como último estágio de evolução. (SIERRA, 2011)

Ainda segundo Durkheim, a relação que existe na família conjugal juntamente com a intervenção do Estado impede que os laços se rompam. A família nuclear é o centro da família moderna sendo relacional e não tendo a economia como base e sim o afeto, a individualização iniciada na convivência familiar, a divisão do trabalho e a intervenção do Estado, propõe independência e inserção em outras instituições. (SIERRA, 2011)

Por outro lado, segundo Sierra (2011), Engels pensou a família de forma diferente de Conte e Durkheim, pois em seus estudos relaciona a evolução da família à produção e reprodução social. Para Engels as famílias vão se formando de acordo com a valorização material e descarta a formação da família nuclear como algo natural ou sagrado. Acredita que as relações sociais e relações de produção caminham juntas. “O imbricamento entre a ordem econômica e cultural é o que permite entender a família não como entidade moral ou valor social que se explica por si, ou ainda como algo sagrado.” (SIERRA, 2011 p.23).

Desta forma Engels analisou tipos de famílias com base nos estudos de Morgan e Balchofen, em que relaciona parentesco e matrimônios a sua evolução, trazendo que na sociedade primitiva não existia família devido ao comércio sexual e o incesto ainda serem permitidos. Por tanto a família se institui após criação de leis que proibiram sexo entre parentes.

Essa evolução compreende três estágios de família sendo:

- Consanguíneo, proíbe sexo só entre pais e filhos;
- Punaluana, proíbe sexo entre irmãos e irmãs e permitido entre primos, nessa forma só se sabe quem é a mãe e os pais são incertos;
- Sindiásmica; o homem vive com a mulher, podendo existir infidelidade masculina e o casamento pode ser desfeito.

Segundo Engels a proibição sexual entre parentes foi que proporcionou essa evolução familiar. (SIERRA, 2011).

As famílias foram constituídas a partir da história da sociedade moderna, e sempre foram determinadas por normas constitutivas.

No Brasil, tem ocorrido grandes mudanças nos arranjos familiares devido a fatores, econômicos, sociais e culturais; “A estrutura familiar é determinada por uma complexa integração de fatores econômicos, sociais e culturais, que nos remete, de um lado uma determinação histórica-estrutural e, de outro lado, a forma específica de organização interna do grupo familiar”. (TEIXEIRA, 2013, p. 23)

De acordo com Teixeira (2013), “família é um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e idade, que se relacionam cotidianamente gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções”. (BRUSCHINE, 1993, p. 76 apud TEIXEIRA, p. 25)

Por outro lado, a Brasil (2004, p. 43), define família como “podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade”.

Como aponta Teixeira (2013), a família é formada por vários fatores, sendo eles econômicos, sociais e culturais. Sendo mutável de acordo com a realidade social, portanto não pode ser considerada instituição natural.

O termo unitário família alude a uma forte unidade e homogeneidade, porém oculta uma realidade marcada por interesses divergentes, modelos hierárquicos, relação de poder e força, mas também processo de negociação, de cooperação e de solidariedade. (TEIXEIRA, 2013. p. 25)

O conceito família traz a ideia de homogeneidade nas relações, não deixando transparecer o conservadorismo e a existência de diferenciações de gênero e hierarquia ainda na contemporaneidade. Suas formas diversas se definem por todo tipo de convívio, laços sanguíneos, interesses, dependência casual ou não, na união de homens e mulheres com filhos biológicos ou adotivos, casais de mesmo sexo, ou pessoas unidas por demais fatores. A família é o espaço onde se aprende a convivência em grupo, o respeito pelo o outro, cria-se a identidade de cada indivíduo, é um espaço considerado essencial para socialização. (TEIXEIRA, 2013)

As funções das famílias mudam devido a formação socioeconômica. Na sociedade capitalista as funções segundo (TEIXEIRA, 2013. p. 26) “[...] vão desde a reprodução biológica, material, à reprodução social de seus membros, como manutenção da estrutura familiar e da sociedade...reprodução da hierarquia, da autoridade, da dominação pela idade e sexo”.

E sobre as famílias classes populares, “a configuração é em rede de solidariedade, extrapolando o núcleo restrito de pais e filhos, e envolve parentes e vizinhos, fundamentados num sistema de obrigações morais, baseados no dar, receber e retribuir”. (SARTI 2005:2007, apud, TEIXEIRA, 2013 p. 26).

Entretanto a família contemporânea independe de ser parentes consanguíneos e estes criam vínculos recíprocos, valorizando cada um que faça parte daquele grupo considerado uma família.

[...] a instituição matrimonial e os papéis sexuais, bem como a divisão do trabalho, relações hierarquizadas de autoridade, não desapareceram, a família nuclear ainda é majoritária, embora tenha perdido muito da sua legitimidade e comportar uma infinidade de modelos ou arranjos familiares. (SINGLY, 2007, apud TEIXEIRA, 2013 p.27)

Mesmo com todas mudanças, a família é uma instituição de extrema importância em apoio afetivo e emocional, porém em suas reproduções de dominação e poder hierárquico pode ser conflituosa. “Ela é importante em seu papel no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar físico dos indivíduos, sobretudo, durante o período de infância, adolescência e velhice” (PRADO 1981, apud TEIXEIRA, 2013 p. 28).

Mesmo, havendo na contemporaneidade vários questionamentos sobre a família e sua centralidade na sociedade, sabe-se que a família sempre foi fundamental na proteção de seus membros. (CARVALHO; ALMEIDA 2003, apud TEIXEIRA, 2013, p. 28).

## **2.5 Programa de Atenção Integral a Família (PAIF): Desenvolvimento de potencialidades e prevenção das situações de vulnerabilidade e riscos**

Conforme, anteriormente demonstrado o eixo da matricialidade familiar, é o norteador com a territorialização dentro da PNAS e conduz a família a centralidade dentro das ações e serviços pertinentes a esta política tanto na PSB como na PSE.

Desta forma, segundo Brasil (2016) a importância da Família na PNAS tornou-se o PAIF o principal programa para inserção das pessoas nos diversos serviços.

O PAIF é uma ação continuada da Política Nacional de Assistência Social, que se originou após um processo de acúmulo de experiências com a família ou seja Núcleo de Apoio às Famílias (NAFS), fundado em 1999 para melhorar os serviços à família, logo em 2003 na mesma direção passou a ser dominado, Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PNAIF) e em 2004 passou a ser Programa de Atenção Integral a Família (PAIF).

Dessa forma em 2009, com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistências BRASIL (2016), o PAIF passou a ser, Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família, que é o principal Programa de Proteção Social Básica de caráter continuado e fortalecimento de vínculos do SUAS. É um programa de atribuição exclusiva do poder público, podendo ser desenvolvido somente pelo CRAS.

PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (BRASIL, 2012, p.12)

Ainda conforme Brasil (2012), a função do PAIF é apoiar as famílias fazendo se necessário entender que existe um vasto modelo de família, valorizando as particularidades de cada família ou arranjos familiares os quais surgiram através de mudanças sócio históricas, cultural e economia, ou seja famílias contemporâneas que não são necessariamente biológicas como as mono-parentais, podem ser famílias homossexuais ou recompostas.

O trabalho social, deve ser efetuado por profissionais com saberes científicos, pois depende de consciência crítica, conhecimentos das vulnerabilidades, de procedimentos metodológicos, de estudo e análise infundável sobre a família e território, do planejamentos e análises das ações, da promoção e participação do usuário, da pratica interdisciplinar entre os profissionais, conhecimentos da questão (étnica, raciais, de orientação sexual entre outras), fugindo assim da imediaticidade.

O trabalho social com famílias no âmbito do PAIF consiste em um conjunto de procedimentos implementados por profissionais, a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo. Ele tem por objetivo contribuir *na e para* a convivência de um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ ou de solidariedade, a fim de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário de maneira “preventiva, protetiva e proativa”. É por meio do trabalho social que o PAIF, no âmbito da Proteção Social Básica do SUAS, contribui para a materialização da responsabilidade constitucional do Estado de proteger as famílias. (BRASIL, 2012, p.15)

Conforme a Brasil (2004), o PAIF operacionaliza o trabalho social com as famílias na PSB, com finalidade de contribuição, na convivência, no direito e em possíveis intervenções na vida de um grupo social, sendo este de qualquer tipo de união.

Portanto é necessário saber conceitos: De família como conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, efetivos ou de solidariedade; de matricialidade sócio familiar, a família como ponto central “sujeito de direito” e o reconhecimento da instituição família como espaço privilegiado e insubstituível na concretização da política de assistência social, para proteção a família aos direitos e fortalecimento de convívio familiar ou comunitário.

De acordo com Brasil (2012), as ações que compõem o PAIF, devem ter a participação da sociedade na construção e avaliação dos serviços. Com intuito de se adequar para atender cada dia melhor. Essas ações são: Acolhida, Oficinas com a família, Ações comunitárias, Ações particularizadas, Encaminhamentos, organizadas em caráter individual ou coletivo.

Tem como objetivos:

Fortalecer a função protetiva da família e prevenir a ruptura dos seus vínculos, sejam estes familiares ou comunitários, contribuindo para melhoria na qualidade de vida nos territórios; Promover aquisição materiais e sociais, potencializando o protagonismo e autonomia das famílias e comunidades; Promover acesso a rede de proteção social de assistência social, favorecendo o usufruto dos direitos socioassistências; Promover acesso aos serviços setoriais, contribuindo para a promoção de direitos; Apoiar as famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.(BRASIL, 2012. p.15)

Assim destacamos:

Acolhida – primeiro contato, escuta das necessidades e demandas trazidas e também de propor informações a esse indivíduo ou família. A acolhida é essencial pois é o momento da busca a compreensão dos significados de cada vulnerabilidade (emoções ou sentimentos nos relatos). E nesse momento que se estabelece uma relação de confiança e segurança para uma melhor coleta de informações em todos aspectos para saber qual necessidade da família, que podem ser acompanhamento, ações do PAIF ou encaminhamento para acesso à rede, benefícios ou serviços setoriais.

Acolhida em grupo (oficinas com famílias, ações comunitárias) – podem ser para repasse de informações, escuta de demandas gerais, compreender os impactos do território sobre tais demandas, publicização e discussão (informação sobre Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família (PBF), entre outros).

Oficinas com família – encontros previamente organizados com um conjunto de famílias para que haja interação. O intuito das oficinas é a reflexão sobre vulnerabilidade e riscos, contribuir com fortalecimento de laços comunitários, acesso de direitos, participação social.

Ações comunitárias – voltadas para as dinamizações relacionadas no território, com objetivos de promover a comunicação, mobilização, protagonismo da comunidade, fortalecer vínculos entre as famílias, estímulo a participação cidadã. Estas ações devem ser norteadas pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, podendo ser: palestras, filmes, campanhas, eventos comunitários etc.

Acolhida particularizada (ações particularizadas, encaminhamentos) – momento que preenche ou atualiza o prontuário, podendo ser no CRAS ou no Domicílio.

No CRAS é preciso lugar adequado que assegure o bem estar da família e resguarde sigilo das informações, enquanto que no Domicílio é destinado a família que por um motivo ou outro (descumprimento das condicionalidades, ou que tenha na família alguém com deficiência ou benefícios do BPC, ou fora da escola) não conseguem ir até o CRAS.

Ações particularizadas – atendimento individualizado após indicação do técnico responsável ou da própria família, em casos extraordinários que necessita sigilo e que pode ser encaminhado a PSE ou Sistema de garantia de direitos.

Encaminhamentos – processos de orientação e direcionamento das famílias para benefícios ou outros serviços que não são ofertados no CRAS.

### **3 - CAPÍTULO II - CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA E O PERCURSO METODOLÓGICO**

### 3.1 Procedimentos metodológicos

O objeto de estudo dessa pesquisa foi a participação das famílias no PAIF. Partiu-se do pressuposto que existe a participação, mas como necessidade do benefício pois alguns não sabiam sobre o PAIF.

Para a realização dessa pesquisa foi feita pesquisa exploratória e qualitativa, utilizando como procedimentos as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. “A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2006, p.41.).

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa houve uma interação entre sujeitos da pesquisa e pesquisador proporcionando uma melhor aproximação com a realidade vivida, o que permitiu uma percepção maior dos significados nas falas dos sujeitos.

A pesquisa qualitativa, responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. (MINAYO, 2007, p.21).

De acordo com GIL (2006) a pesquisa bibliográfica deve ser usada em todos os tipos de pesquisa, para a busca história e referências sobre o assunto ser tratado, portanto foi feita em livros, jornais, artigos científicos, revistas, dissertações, internet e outras fontes que proporcionaram muitos conhecimentos sobre o programa PAIF.

Ainda conforme Gil (2006) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplo do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2006, p.45).

O Programa de Atenção Integral à Família trata-se da porta de entrada das famílias no CRAS, assim são desenvolvidas ações que se efetivam em Projetos, Programas e Serviços, toda família deve ser representada pela pessoa de referência.

A pesquisa de campo foi realizada no CRAS Alvorada, a primeira abordagem com a pessoa de referência, foi através dos projetos, oficinas, desenvolvidos dentro da instituição

CRAS. Em seguida foi apresentado o projeto de pesquisa, às pessoas que aceitaram participar.

Antes da coleta de dados foi feito contato para saber a disponibilidade de cada sujeito participante e posteriormente agendada a data para aplicação do formulário. Os participantes da pesquisa foram cinco pessoas referência de famílias inseridas no PAIF no CRAS Alvorada acima de 18 anos escolhidas aleatoriamente, as quais optaram por responder o questionário em suas residências alegando falta de tempo para comparecerem no CRAS.

Sendo assim a entrevista foi realizada a partir de um formulário que continha perguntas abertas sobre o tema proposto, que foi aplicado a pessoa referência da família, pois Conforme Brasil (2016) o eixo matricialidade sócio familiar, refere-se a centralidade da família como núcleo social fundamental para efetividade de todas as ações e serviços de Assistência Social.

Foi esclarecido a todos os sujeitos participantes qual o objetivo da pesquisa e também sobre o TCLE o qual foi assinado antes da entrevista. Todas as entrevistas foram gravadas em áudios, transcritas e posteriormente apagadas.

O critério de inclusão para participar da pesquisa foi: famílias inseridas ou que já estiveram inseridas no PAIF no CRAS Alvorada em 2017 e 2018, o participante entrevistado foi a pessoa de referência com idade acima de 18 anos que assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Excluiu –se as demais famílias de outros CRAS, e também aquelas que não quiseram assinar o TCLE.

### **3.2 Cenário da Pesquisa: CRAS Alvorada**

A pesquisa compreendeu o município de Ituiutaba MG, que teve sua emancipação política e administrativa através da Lei nº319/01 em 16 de setembro de 1901 denominado Vila Platina e em 1915 recebeu o nome de Ituiutaba. Segundo dados Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) em 2015 sua população era 103.333 mil habitantes. (IBGE, 2015)

Em relação a Proteção Social, Ituiutaba conta com seis Centro de Referência Social (CRAS), distribuídos no município, estão situados nos Bairros Pirapitinga, Brasil, Natal, Ipiranga, Buritis e Alvorada e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Sendo que os CRAS são responsáveis pela PSB e o CREAS pela PSE.

O cenário da pesquisa foi o CRAS Alvorada, localizado na rua dos Mognos nº404

Bairro Alvorada, Ituiutaba MG, fundado em 04/08/2008. Anterior a esta data funcionava neste endereço a instituição Serviços de Obras Sociais (SOS), que oferecia benefícios, projetos e oficinas para a comunidade.

Atualmente o CRAS Alvorada compreende em seu território o Centro da cidade e os bairros Setor Norte, Satélite Andradina, Distrito Industrial, Manoel Afonso Cancelli, Alvorada, Novo Mundo, Central, Platina, Hélio, Residencial Monte Verde, Lagoa Azul I, Sol Nascente I, Sol Nascente II e Prolongamento, Jardim Europa I, Jardim Europa II, Morada do Sol.

A equipe do CRAS Alvorada é formada por três Assistentes Sociais, duas Psicólogas, uma Pedagoga e demais profissionais que constituem os cargos administrativos.

De acordo com informações verbais da Assistente Social do CRAS Alvorada (LIMA, 2019) o CRAS Alvorada atualmente dispõe dos seguintes serviços: Cadastro Único (inclusão e alterações), Atendimento psicossocial, Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos (infantil, adolescente, idosos, mulheres e gestantes) e alguns projetos.

São oferecidas as seguintes atividades: oficinas de balé, zumba, crochê, corte e costura, pintura em tecido, dança, teatro e esporte. Com uma média de 2300 prontuários, 400 atendimentos individuais mensais, incluindo benefícios eventuais como cesta básica, fotografias 3x4 para confecção de documentos, certidões dentre outros.

No CRAS Alvorada estão inseridas no PAIF 39 famílias.

### **3.3 Análise dos resultados**

A pesquisa de campo proporcionou a compreensão do objeto de estudo apresentado na pesquisa.

Para a caracterização do perfil dos participantes foi feito levantamento através de seus prontuários. Constatou-se que todas as pessoas referência das famílias participantes são do sexo feminino, tem idade entre 35 e 60 anos, na profissão se declaram donas de casa (do lar), em relação ao cônjuge, duas são casadas, duas solteiras e uma viúva.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram identificados como Pessoa Referência, PR1, PR2, PR3, PR4, PR5. O questionário foi aplicado a pessoa referência das cinco famílias participantes.

Na busca em saber a perspectiva que os usuários do CRAS Alvorada de Ituiutaba-MG, tem sobre o PAIF, foram feitas perguntas objetivas. Iniciou-se o questionário com perguntas sobre a instituição CRAS e consecutivamente sobre o programa PAIF.

Ao indagar sobre, o que é o CRAS, obteve-se respostas que deixou claro que as cinco entrevistadas não sabiam o que é o CRAS, mas o relaciona com coisas boas. Sendo que PR1 diz que o CRAS é uma coisa boa; PR2 descreve o CRAS como lugar de buscar ajuda referindo-se a fralda, cesta básica de alimentação e informações; PR3 coloca o CRAS como um lugar que possa desabafar suas dificuldades; PR4 diz não saber o que é o CRAS mas logo na mesma resposta diz que os filhos estão participando dos projetos, já a PR5 diz que o CRAS ajuda os pais a ter mais paciência com os filhos.

O CRAS é onde eles ajuda as pessoas, poder por exemplo ter um fralda a te uma bolsa família, ajuda a gente fazer assim por exemplo, eu tenho leucemia eu não sabia que eu tinha aqueles 25% é eu não sabia que eu não pagava imposto predial eu não sabia foi a partir de lá que eu fiquei sabendo dessas coisas. (Fonte: pesquisa de campo, 2019, PR2)

Em seguida questionou-se, como chegaram até o CRAS e as respostas foram bem diversificadas, PR1 disse que conheceu quando fez a inscrição do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)<sup>2</sup>; PR2 por meio da participação de uma das funcionárias do CRAS que frequenta a mesma igreja e falou com ela; PR3 e PR4 foram porque estavam passando necessidade e ficaram sabendo que lá doava-se cestas básicas de alimentação e então receberam a visita da Assistente Social e PR5 disse que queria fazer parte de um projeto, (crochê, pintura).

É elas vei aqui em casa ne Marize, acho que foi assim, na época do acidente da minha irmã me falaram que lá doava flauda. Não foi mãe depois do acidente? Perai marize porque eu peguei lá foi in ante. Uai foi? Foi iante se não lembra que foi o negócio depois das casas que saiu uai (minha casa minha vida). A ta e mesmo, na verdade eu tenho uma casa no canaã então a primeira coisa que foi foi quando fazia inscrição muitos anos tipo 12 anos atrás 13 anos eu fiz minha inscrição lá. É foi isso! (Fonte: pesquisa de campo, 2019, PR1 e a filha que estava presente no momento)

A terceira pergunta referiu-se ao que sabem ou ouviram falar sobre o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), curiosamente todas as respostas retrataram um

---

<sup>2</sup> Programa Instituído pela Lei 11.977 de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. (Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm))

desconhecimento do que realmente é o PAIF, mesmo todas estando inseridas no Programa a partir de alguma ação, já que o PAIF tem como objetivos:

Fortalecer a função protetiva da família e prevenir a ruptura dos seus vínculos, sejam estes familiares ou comunitários, contribuindo para melhoria na qualidade de vida nos territórios; Promover aquisição materiais e sociais, potencializando o protagonismo e autonomia das famílias e comunidades; Promover acesso a rede de proteção social de assistência social, favorecendo o usufruto dos direitos socioassistências; Promover acesso aos serviços setoriais, contribuindo para a promoção de direitos; Apoiar as famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. (BRASIL, 2012. p.15)

A resposta da PR5 vem confirmar o desconhecimento, quando ela diz que já ouviu falar mas não participa do PAIF, enquanto ela e os filhos participam de vários projetos no CRAS. O que ficou confirmado a partir das respostas negativas que alegaram não saber como funciona.

Posteriormente, questionou-se se recebiam algum benefício no CRAS, duas entrevistadas disseram que recebem cestas básicas de alimentação, e as outras relatam já ter recebido cestas ou fraldas mas que no momento não estão recebendo, a PR2 disse que está recebendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC) por deficiência, que é um salário mínimo, mais acréscimos de 25% do valor<sup>3</sup> por causa do câncer e acrescenta que só soube desse direito quando chegou até o CRAS. As respostas indicam que todos participantes se encaixam ao público referenciado pelo PAIF segundo a Cartilha de Orientações Técnicas sobre o PAIF.

O PAIF, ao dar precedência de atendimento às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF e às famílias dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, objetiva ampliar as formas de proteção social do SUAS a estas famílias. Sendo assim, parte-se do pressuposto que o acesso à renda contribui para a superação de situações de vulnerabilidade, mas que a sua efetiva superação requer também a inserção em serviços socioassistenciais e setoriais, de maneira a proporcionar proteção social, fortalecimento dos laços familiares e comunitários e acesso das famílias a outros direitos. (BRASIL, 2012 p.31)

Contudo percebe-se a partir da fala da PR1 que ficou claro o desconhecimento de que a cesta básica é um benefício eventual.

---

<sup>3</sup> Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Art. 45. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento). (Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm))

Em sua fala, relatou que recebia 2 cestas básicas mais teve que suspender uma das cestas para então poder se encaixar nos critérios para inserção no cadastro do Programa Minha Casa Minha Vida. Em sua fala ficou evidenciado a real necessidade da família em receber cestas básicas, pois a única renda fixa seria a da filha que sofreu acidente e ficou inválida.

Eu eu tava recebendo duas cesta ai eu recebia vinha uma pra mim uma pra minha fia ai depois eu fui lá e eu peguei e falei pra mim, quando saiu o programa das casas agora a senhora tem que escolher porque foi bem in antes do acidente ai ela falou assim a senhora tem que escolher agora a senhora ou abre mão porque eu falei que queria uma casa pra ela, ai ela falou assim então a senhora tem que abrir mão da cesta da senhora eu peguei a mão da minha cesta pela casa ai no que eu peguei e abri a mão da cesta só ela que ficou pegando ai eu já não fiquei pegando mais ai a menina falou que ia arrumar uma casa pra ela debilitada assim (acessibilidade) da invalidez dela do acidente por causa dela não anda locomove na cadeira de roda, ia mandar fazer uma casa especial pra ela. Essa casa não saiu até hoje, ai quando foi no tempo do doutor Luiz Pedro ficou direitinho recebendo a cesta dela e as fraldas ai depois que o doutor Luiz Pedro saiu ai acabou tudo que ai assim ai entro o outro entro novo (prefeito) ai ficou assim essa não toco mais assunto da casa e até hoje essa casa não veio nada essa casa não saiu eu não recebi mais. (Fonte: pesquisa de campo, 2019, PR1).

Logo após, questionou-se se alguém na família participava de alguma atividade (projetos) no CRAS, a PR1 respondeu que não mais que tinha muita vontade de ir para a Alfabetização de Adultos, mas por ser a noite e um pouco longe não teria como participar; PR2 respondeu que sim sua filha participa do balé; PR3 não participa de nada; PR4 que colocou os filhos mais só um estava indo e a PR5 disse que ela e os filhos participam, ela fazendo crochê, bordado e pintura e os filhos no teatro e dança.

Ao questionar sobre os motivos para participarem das atividades apenas a três participante responderam que sim, PR2 relatou que após ficar doente, sua filha com muito medo de perdê-la, apegou-se muito mais a ela, pois não admitia que nem o pai ou outro familiar cuidassem dela, somente ela e por isso precisou por ela em alguma atividade então colocou no balé; PR4 disse que a Assistente Social que em uma visita convidou os filhos para participar ai eles foram mas só um permanece; PR5 falou que tanto ela como os filhos estavam meio ociosos desmotivados e então ela os colocou nas atividades e aproveitou e foi também.

A seguir perguntou se as atividades que participavam, ajudavam na convivência familiar, PR2 respondeu sim pois a filha se envolveu com o balé e agora não está tão dependente dela; PR4 falou que seus filhos melhoraram e a PR5 deixou bem clara a satisfação com a melhora no comportamento dos filhos e na relação entre eles, as demais não foram questionadas por não terem ninguém em projetos no CRAS.

“A com certeza eles até têm mais vontade fazer as coisas, tipo na escola lá mesmo no CRAS eles se dedicam bem.” (Fonte: pesquisa de campo, 2019, PR5).

Segundo a cartilha de orientações do PAIF, é preciso que haja incentivo para participação da população no processo de operacionalização do PAIF. Por tanto a nona e décima pergunta foram elaboradas no intuito de saber um pouco sobre a participação dos usuários na metodologia usada para criação dos projetos existentes no CRAS.

Pensando nesta orientação questionou-se se já tinham tido oportunidade de falar sobre atividades que gostariam que tivesse no CRAS.

Todas responderam não, o que deixou claro que não está tendo participação da população no processo de operacionalização do PAIF, já que todas desconhecem e também tem uma visão assistencialista de ajuda e não de direito.

Para o desenvolvimento de quaisquer ações com as famílias, é preciso que os profissionais responsáveis pela implementação do PAIF incentivem e promovam meios para que haja a participação das famílias no desenho das atividades, nos horários de atendimento, na avaliação do Serviço, entre outros. Enfim, que seja garantido que as famílias tenham possibilidades de contribuir em todo o processo de operacionalização do PAIF. (BRASIL, 2012 p.21)

Finalizando, questionou-se a opinião delas sobre o que deveria mudar nas atividades do CRAS e novamente todas responderam que não havia necessidade de mudanças, apesar de que, PR1 mencionou a distância, pois disse que se o CRAS fosse mais perto ela iria participar das aulas de alfabetização; PR3 se mostrou meio desamparada, disse que eles deviam dar mais atenção porque há muito tempo ela tinha pedido Visita Domiciliar para solicitar cesta básica e eles não foram.

As falas demonstram que na verdade mudanças seriam necessárias, pois uma alega distância e outra alega demora no atendimento às suas necessidades.

Em algumas visitas feitas no período do estágio foi possível perceber na fala de alguns usuários que a maior dificuldade em participar dos projetos no CRAS seria a distância, que os filhos teriam que ir sozinhos enquanto os pais estariam no trabalho, relatos que se confirmaram durante a pesquisa.

Além disso das 5 participantes da pesquisa só uma participa das atividades, as demais não participam talvez pela abrangência do território CRAS Alvorada que compreende 17

bairros e a localização é central, dificultando a locomoção, bem como o desconhecimento do que é o CRAS e seus objetivos, o que é o PAIF, os projetos, os serviços e os benefícios que são oferecidos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como objetivo identificar o que as famílias usuárias do CRAS Alvorada conheciam sobre o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF).

Por meio da pesquisa foi possível perceber que a falta de conhecimento é muito grande, a percepção que se teve foi que os participantes da pesquisa não sabem o que é o Programa PAIF e tão pouco o que realmente é o CRAS, e por esse motivo não conhecem também seus serviços. Os entrevistados acreditam estar cadastrados no CRAS para receber ajuda ou seja necessidades materiais.

No decorrer do estudo foi visto que a partir da Constituição Federal de 1988 a Assistência Social se tornou direito de todos e dever do Estado para aqueles que dela necessitassem, logo outras conquistas foram acontecendo, como a LOAS, a PNAS e o SUAS para que realmente se concretizassem a materialização desses direitos.

No entanto foi notório no decorrer da aplicação do formulário, que até os dias de hoje as pessoas vem a Assistência Social como ajuda e não como um direito. Mostrando-se que é necessário ter mais informações, mais diálogo com a população usuária sobre seus direitos, mostrando a importância e os serviços oferecidos em cada instituição.

Estas informações não estão acontecendo talvez devido a cobrança da gestão ser mais quantitativa que qualitativa, fazendo com que os atendimentos sejam breves e imediatistas, o que deixa a ideia de assistencialismo, fazendo com que o usuário acredite que está recebendo apenas favor.

Como foi citado Ituiutaba tem seis CRAS, o que seria suficiente devido tamanho da população, por outro lado, percebe-se que o território CRAS Alvorada impossibilita o acesso de grande parte da população, pois muitos bairros da abrangência territorial ficam distantes dificultando a locomoção de crianças, adolescentes e idosos que são considerados possíveis participantes dos programas, projetos e serviços oferecidos, muitos começam participar mas acabam desistindo por alguns motivos, como falta de transporte, companhia entre outros.

Também, considera-se a invisibilidade dos projetos para a população, pois desconhecem as diversas nomenclaturas, não sabem por exemplo o que significa CRAS, e tampouco a PNAS, assim este é um dos fatores que impedem a participação e a percepção da população usuária.

Outro fator percebido é a falta de incentivo à população em participar. A equipe profissional pode e deve contribuir com ideias, novas estratégias e metodologias nos projetos, ações dentro e fora do CRAS conforme a Cartilha de Orientações sobre o PAIF (BRASIL, 2012), na qual está previsto que os profissionais devem incentivar, promover meios os quais as famílias tenham colaboração no processo de operacionalização de quaisquer ações.

Percebe-se também que mesmo não sabendo o que é o CRAS e o programa PAIF, os participantes da pesquisa estão inseridos no programa, como participantes de algum projeto no CRAS, ou recebendo algum benefício sendo eventual ou de renda.

Este estudo muito colaborou para o conhecimento na área da Assistência Social pois foi necessário fazer uma breve trajetória da assistência no Brasil conhecendo suas conquistas para então chegar ao Programa PAIF.

Acredita-se ter agregado valores para a pesquisadora e conhecimentos para os sujeitos da pesquisa, pois ao final da aplicação de cada formulário, foram feitos esclarecimentos sobre o CRAS, o PAIF e os direitos dos usuários em relação a Assistência Social.

Partiu-se do pressuposto que os entrevistados não soubessem do que se trata o programa PAIF e que estão cadastrados no CRAS por necessidades materiais, o que os resultados desta pesquisa confirmaram.

O objetivo final foi alcançado e o pressuposto confirmado, acreditando assim que tenha sido um estudo relevante que de uma forma ou de outra colaborou com os envolvidos, que merecem ter uma devolutiva da pesquisa.

Contudo o tema não se esgota e precisa ser constantemente estudado e debatido.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 dez.1993, p.18769. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)PDF. Acesso em: 22 jul.2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica (NOB/Suas)**: construindo as bases para a implantação do sistema Único de assistência social. Brasília, DF, jul. 2005a. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**: Norma Operacional Básica (NOB/Suas). Brasília, DF, nov. 2005b. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **LOAS Anotada**: Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília, DF: ASCOM, mar. 2009. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/LoasAnotada.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf). Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm). Acesso em: 15 julho 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Curso de atualização sobre especificidade e interfaces da proteção social básica no SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**: serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF: segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 1. ed. Brasília, DF: MDS, 2012a. v.1, 84 p. Disponível em:

<https://craspsicologia.files.wordpress.com/2012/03/orientacoes-tecnicas-sobre-o-paif-trabalho-social-com-familias.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**: trabalho social com famílias do serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF. 1. ed. Brasília, DF: MDS, 2012b. v.2. 99 p. Disponível em: <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2012/03/orientacoes-tecnicas-sobre-o-paif-trabalho-social-com-familias.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. [Constituição da República Federativa do Brasil (1988)]. Constituição Atualizada até a EC n. 99/2017. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2018. 530 p. ISBN: 978-85-61435-84-4. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2018.

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. **A assistência social no Brasil**: da caridade ao direito. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11992/11992.PDF>. Acesso em: 20 jul. 2018.

COUTO, Berenice Rojas. *et al.* (org.). **Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. *et al.* (org.). **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FAMÍLIA. *In*: **DICIO**: Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/familia/>. Acesso em: 22 jul. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MESTRINER, Luiza Maria. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social. **Caderno de Orientações**: a prevenção e o Trabalho Social com famílias na Proteção Social Básica. Belo Horizonte: Subsecretaria de Assistência Social, 2016.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **A menina LOAS**: um processo de construção da Assistência Social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira *et al.* **Assistência na trajetória das políticas brasileiras:** uma questão em análise. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, Maria Solange. **A família na política de assistência social:** concepções e as tendências do trabalho social com famílias nos CRAS de Teresina-PI. Teresina: EDUFPI, 2013.

SIERRA, Vania Morales. **Família:** teorias e debates. São Paulo: Saraiva, 2011

APÊNDICE A - Formulário de entrevista

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

## APÊNDICE A - Formulário de entrevista

1. O que é o CRAS pra você?
2. Como chegou até o CRAS?
3. No CRAS existe um trabalho identificado como (Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), você já ouviu falar sobre ele?
4. Sabe como o PAIF funciona?
5. Recebe algum benefício?
6. Você ou um familiar participa de alguma atividade (projetos) no CRAS? ( )  
Sim ( ) Não quem?-----
7. Qual o motivo da participação na atividade (projeto)?
8. Você acha que as atividades que vocês participam, ajuda na convivência familiar?
9. Você já foi convidado a falar qual atividade gostaria que tivesse no CRAS?
10. Para você o que deveria mudar nas atividades do CRAS?

## APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “**Programa de Atenção Integral a Família PAIF na perspectiva das famílias usuárias do CRAS Alvorada**”, sob a responsabilidade dos pesquisadores, Luzilene de Almeida Martiniano e Luciene da Silva Pereira da Universidade Federal de Uberlândia Campus Pontal.

Nesta pesquisa nós estamos buscando identificar o que as famílias participantes no CRAS Alvorada, conhecem sobre o PAIF.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador, Luciene da Silva Pereira. As entrevistas serão no próprio CRAS previamente agendadas em sala que garanta o sigilo e conforto dos participantes, que receberão um lanche após a entrevista, caso haja consentimento as entrevistas serão gravadas e depois transcritas, e devidamente descartadas. Todos serão informados com antecedência para decidirem se quer ou não participar conforme item IV da resolução CNS 466/12.

Na sua participação, você responderá perguntas simples sobre o programa PAIF que será usado em benefício dos usuários dos serviços do CRAS.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos que a pesquisa poderá oferecer é de identificação dos participantes da pesquisa, caso haja perda dos registros das entrevistas, contudo estes não terão nenhuma identificação pessoal, optou-se por utilizar nomes fictícios, após transcrição das entrevistas, os áudios serão deletados e após a análise os registros das transcrições serão cortadas e descartadas.

Os benefícios serão um maior conhecimento sobre o que é e como funciona o PAIF, podendo assim ser criados ou ampliados meios de levar maiores informações até o usuário do CRAS.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Luzilene de Almeida Martiniano, Fone: 3271-5262; Universidade Federal de Uberlândia Campus Pontal: Rua 20 nº 1600 Bairro: Tupã, Ituiutaba- MG, 38304-402.

Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de \_\_\_\_\_ de 2019

---

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Assinatura do participante da pesquisa

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLÂNDIA/MG



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Programa de Atenção Integral a Família (PAIF) na perspectiva das famílias usuárias do CRAS Alvorada

**Pesquisador:** Luzilene de Almeida Martiniano

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 94478916.0.0000.5152

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.039.532

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de resposta ao parecer n. 2.985.057.

**Nos termos do projeto:**

"O Presente trabalho é um projeto de pesquisa desenvolvido em Métodos de Pesquisa III e tem como objetivo identificar o que as famílias usuárias do CRAS Alvorada conhecem sobre o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), visando traçar estratégias para ampliar as informações, a participação e a integração dos usuários no programa. Para tanto será feita pesquisa exploratória e qualitativa e como procedimentos metodológicos utilizara pesquisa bibliográfica, documental e de campo, para uma maior aproximação com o sujeito. Compreendera como universo de pesquisa o Município de Ituiutaba MG, e como cenário o CRAS Alvorada. Optou-se pela entrevista semiestruturada a qual será feita individualmente resguardando sigilo. O projeto passara pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFU.

[...]

A presente pesquisa terá como objeto de estudo participação das famílias no PAIF e sua percepção sobre o programa, pressupondo que existe uma pequena participação por falta de informação sobre o PAIF. Optou-se pela Pesquisa Exploratória e qualitativa, utilizando como procedimentos as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. "A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torna-lo mais explícito ou a

Endereço: Av. João Neves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica  
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144  
UF: MG Município: UBERLÂNDIA  
Telefone: (34)3238-4131 Fax: (34)3238-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br



Contribuição de Pontuação: 3,039 632

construir hipóteses" (GIL, 2006, p.41). Por se tratar de uma pesquisa qualitativa haverá uma interação entre sujeitos e pesquisador para uma melhor aproximação com a realidade vivida, podendo assim ter uma percepção maior dos significados nas falas dos sujeitos. A Pesquisa Bibliográfica deve ser usada em todos os tipos de pesquisa, para a busca histórica e referências sobre o assunto ser tratado, portanto será feita em livros, jornais, artigos científicos, revistas, dissertações, internet e outras fontes capazes de esclarecer e discutir sobre o tema PAIF. Logo, a pesquisa documental será feita nos prontuários das famílias inscricas no PAIF do CRAS Alvorada, para uma busca de informações, que caracterize o perfil das mesmas. Esse tipo de pesquisa é vantajoso por não haver necessidade de contato direto com o sujeito da pesquisa, dependendo apenas do empenho do pesquisador. A pesquisa de campo também será utilizada, pois aproxima o pesquisador do cotidiano do sujeito contribuindo de forma enriquecedora ao aprendizado de ambas as partes, na pesquisa de campo será utilizada a entrevista, que de acordo com (GIL, 2006) "pode ser entendida como técnica que envolve duas pessoas numa situação "face a face" em que uma delas formula questões e a outra responde. A entrevista será semiestruturada com perguntas elaboradas pelo próprio pesquisador, que serão de fácil compreensão, serão aplicadas individualmente, resguardando sigilo das perguntas e respostas. Segundo (GIL, 2006), "a entrevista é aplicável inclusive as pessoas que não sabem ler ou escrever e possibilita o auxílio ao entrevistado com dificuldade para responder bem como análise do seu comportamento não verbal". A pesquisa compreenderá como universo o município de Ituiutaba MG, que teve sua emancipação política e administrativa através da Lei nº319/01 em 16 de setembro de 1901 denominado Vila Platina e em 1915 recebeu o nome de Ituiutaba. Segundo dados IBGE em 2015 sua população era 103.333 mil habitantes. O cenário da pesquisa será o CRAS Alvorada, localizado na rua dos Mognos nº404 Bairro Alvorada, Ituiutaba MG, fundado em 04/08/2008, anterior a esta data funcionava neste endereço a instituição Serviços de Obras Sociais – SOS, que oferecia benefícios, projetos e oficinas para a comunidade. O CRAS é uma unidade Pública, localizada em área estrategicamente de maior vulnerabilidade social e tem como objetivo prevenir o risco social, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, promovendo a inclusão das famílias e dos cidadãos nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade atualmente atende os bairros: Camilo Chaves, Central, Centro, Jardim Estados Unidos, Jardim Copacabana, Marcondes Ferreira, Marta Helena, Monte Verde, Morada do Sol, Cidade Jardim, Satélite Andradina, Platina, Lagoa Azul I, Lagoa Azul II, Alvorada, Jardim Europa I, Jardim Europa II, Novo Mundo e Setor Norte. Para seleção dos participantes da pesquisa será utilizado o seguinte critério: CRAS Alvorada serão escolhidos

Endereço: Av. João Neves de Ávila 2121 - Bloco '1A', sala 224 - Campus São Mônica  
 Bairro: São Mônica CEP: 38.408-144  
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA  
 Telefone: (34)3238-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 3 030 832

aleatoriamente 05 famílias que estão ou estiveram inseridas no PAIF entre 2017 e 2018, as quais serão representadas pela pessoa referência do cadastro SUAS; Dois profissionais do CRAS Alvorada, sendo um Assistente Social e um Psicólogo por estarem sempre em contato com as famílias incluídas no PAIF, através dos atendimentos e acompanhamentos na instituição podendo assim contribuir com importantes informações para pesquisa."

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Geral/Primário:**

- Identificar o que as famílias participantes no CRAS Alvorada de Ituiutaba- MG conhecem sobre o PAIF.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Nos termos do projeto:

**\*Riscos:**

Os riscos que a pesquisa poderá oferecer é de identificação dos participantes da pesquisa, caso haja perda dos registros das entrevistas, contudo estes não terão nenhuma identificação pessoal, optou-se por utilizar nomes fictícios, após transcrição das entrevistas, os áudios serão deletados e após a análise os registros das transcrições serão contadas e descartadas.

**Benefícios:**

O benefício dessa pesquisa será um maior conhecimento sobre o que é como funciona o PAIF, podendo assim ser criados ou ampliados meios de levar maiores informações até o usuário do CRAS."

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa relevante.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos devidamente apresentados.

**Recomendações:**

Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

As pendências apontadas no parecer consubstanciado número 2.985.057, de 26 de Outubro de 2018, foram atendidas.

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, o CEP manifesta-se pela

Endereço: Av. João Neves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica  
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144  
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA  
 Telefone: (34)3230-4131 Fax: (34)3230-4336 E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 3020/12d

aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Data para entrega de Relatório Final ao CEP/UFU: Julho de 2019.

**OBS.: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.**

O CEP/UFU lembra que:

- a- segundo a Resolução 466/12, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.
- b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.
- c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução CNS 466/12, não implicando na qualidade científica do mesmo.

**Orientações ao pesquisador:**

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/12) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel de o pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara.

Endereço: Av. João Neves de Ávila 2121 - Bloco '1A', sala 224 - Campus Sta. Mônica  
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.400-144  
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA  
 Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 3.030.633

e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item III.2.e).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1126991.pdf	31/10/2018 18:43:29		Aceito
Outros	pendencia22018.docx	31/10/2018 18:40:51	LUCIENE DA SILVA PEREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetope2018.pdf	31/10/2018 18:39:13	LUCIENE DA SILVA PEREIRA	Aceito
Outros	pendencias20182.docx	23/08/2018 18:11:07	LUCIENE DA SILVA PEREIRA	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tce2018corrigido.pdf	23/08/2018 18:06:38	LUCIENE DA SILVA PEREIRA	Aceito
Outros	pesquisadoraslinkslattes2018.docx	13/07/2018 15:53:26	LUCIENE DA SILVA PEREIRA	Aceito
Outros	Questionariotcc.docx	13/07/2018 15:48:45	LUCIENE DA SILVA PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	13/06/2018 12:37:16	LUCIENE DA SILVA PEREIRA	Aceito
Outros	equipeseccuratu2018.pdf	07/06/2018 17:23:21	LUCIENE DA SILVA PEREIRA	Aceito
Outros	declaracaoparticipanteu.pdf	07/06/2018 17:18:56	LUCIENE DA SILVA PEREIRA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação de CONEP:**

Não

Endereço: Av. João Neves de Ávila 2121 - Bloco "1A", sala 224 - Campus São Mônica  
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144  
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA  
 Telefone: (34)3236-4131 Fax: (34)3236-4336 E-mail: cep@propp.ufu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 1.038/632

UBERLÂNDIA, 28 de Novembro de 2018

---

**Assinado por:**  
**Karine Rezende de Oliveira**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. João Neves de Ávila 2121 - Bloco '1A', sala 224 - Campus Sta. Mônica  
**Bairro:** Santa Mônica **CEP:** 38.408-144  
**UF:** MG **Município:** UBERLÂNDIA  
**Telefone:** (34)3230-4131 **Fax:** (34)3230-4330 **E-mail:** cop@propp.ufu.br